



**42º Encontro Anual da Anpocs**  
**GT 05 – Comportamento Político, Opinião Pública e Cultura Política**

Polarização, Antipartidarismo e tolerância política no Brasil.

Mario Fuks (UFMG)  
Julian Borba (UFSC)  
Ednaldo Ribeiro (UEM/UFPR)

## **Polarização, Antipartidarismo e tolerância política no Brasil.**

### **Introdução**

Todos, hoje, parecem preocupados com a polarização política no Brasil. Ao apontar o maior alinhamento entre a posição dos eleitores em relação aos *issues* e a ideologia que subscreve ou partido com o qual se identifica, o antagonismo entre a elite política e também entre segmentos da opinião pública, ou as mobilizações de rua, o diagnóstico compartilhado pela sociedade brasileira é o mesmo: polarização. A polarização, nas suas diversas acepções, virou moeda corrente e uma espécie de senso comum entre pesquisadores, jornalistas e o cidadãos.

Mas, recentemente, a literatura sobre comportamento político mostrou que não está em curso no Brasil uma polarização ideológica, ao menos entre os eleitores. O que se percebe é o aumento da desafeição em relação aos partidos políticos e, como argumentamos nesse artigo, a intolerância em relação a eles. Isso gera duas grandes forças sociais no Brasil hoje: de um lado, um segmento expressivo da população que, além de não gostar dos partidos, entende que eles deveriam ser banidos da vida política do país, e de outro, os partidários e apartidários (estes não têm identificação partidária, mas não manifestam atitudes negativas em relação aos partidos). Essa clivagem é muito mais saliente e relevante do que eventuais diferenças ideológicas entre os eleitores e entre a elite política.

Mais importante e com consequências mais agudas, grande parte desse segmento intolerante da população não tem identificação partidária e adotam atitudes políticas autoritárias. Ou seja, o fundamento social do atual quadro de instabilidade política deve-se menos à suposta polarização entre eleitores identificados com o PT e o PSDB ou entre a esquerda e direita do que a intolerância aos partidos políticos por parte de indivíduos sem vínculos partidários e mais propensos a apoiar soluções autoritárias para a crise política.

Estudos recentes sobre identificação partidária no Brasil têm se concentrado no entendimento de um fenômeno específico: o antipetismo

(Ednaldo; Samules e Zucco; Paiva). Além da relevância do tema em si, a ampliação da compreensão dos vínculos partidários de forma a incluir atitudes negativas também possibilitou entender melhor a relação entre eleitores e partidos em contextos de baixa identificação partidária. O presente artigo dá mais um passo nessa direção ao investigar o ponto extremo desse vínculo negativo, expresso na desafeição partidária e na intolerância política. Além da relevância acadêmica do tema, entendemos que a intolerância é uma das chaves para se entender o atual contexto político brasileiro. O problema, do ponto de vista das atitudes dos eleitores, é menos o do antipetismo ou da polarização ideológica e mais o de um antipartidarismo extremo, que se expressa no desejo de excluir os partidos do sistema político.

### **Os estudos sobre a tolerância política**

Tradicionalmente, nos estudos sobre comportamento eleitoral, quando se estuda atitudes negativas em relação aos partidos, o debate dominante, desde Columbia, restringe-se a “escutar ou não” o outro lado (Columbia, Huckfeld, Mutz). Ou seja, ser intolerante aqui significa não escutar o que adversários políticos têm a dizer.

Já na área de estudos sobre tolerância política, o foco tem recaído sobre o que se convencionou chamar de grupos não-conformistas, que inspiram temor ou ameaça entre diferentes segmentos da população. Foi o que fez, por exemplo, Stouffer em seu estudo pioneiro da década de 1950, focalizando especialmente a tolerância dos norte-americanos em relação aos comunistas no período macarthista. Apesar de nas décadas seguintes autores apresentarem evidências de uma pluralização na tolerância, com a multiplicação de alvos tanto à esquerda quanto à direita, os grupos estudados como alvos da intolerância continuaram sendo aqueles que, de alguma forma, ameaçam a ordem política vigente.

O que nenhuma das duas literaturas considerou, até o momento, é que, em contextos de crise do sistema político combinada com alto grau de conflito político e social, a intolerância pode recair mais sobre grupos convencionais (como os partidos) do que sobre os extremistas. Fenômenos recentes como

a polarização política, a crise de representação e a crescente desconfiança em relação as instituições políticas tradicionais da democracia mostram a relevância da inclusão de grupos que fazem parte do mainstream do sistema político nessa agenda. Ou seja, os cidadãos podem não apenas “erect high tariff walls against alien notions” (Columbia) como também preferir tirar os partidos moderados do sistema político do que os grupos outsiders impopulares.

Refletindo mais especificamente sobre o contexto brasileiro recente, no qual protestos nas ruas e nas redes sociais tomam como alvo partidos políticos específicos ou a totalidade das legendas, nos parece relevante analisar se essas instituições centrais do sistema representativo têm se convertido em alvos de intolerância por parte dos brasileiros.

Se a resposta para esse primeiro questionamento for afirmativa, o isso nos leva a avaliar, sobre as consequências dos diferentes vínculos que os eleitores estabelecem com os partidos sobre suas atitudes políticas ligadas à tolerância política.

Os desdobramentos de tal reflexão, encaminham-se para uma análise que buscará avaliar se estamos diante de um quadro de polarização, no qual a identificação com um partido é acompanhada pela negação dos direitos políticos dos que preferem outros partidos, ou de intolerância, que se volta aos simpatizantes de todos partidos. Ou seja, procuramos avaliar se estamos diante de um contexto de polarização, antipartidarismo ou mesmo uma combinação de ambos.

Uma diferença entre a nossa pesquisa e os estudos clássicos sobre tolerância política é que estes se concentram nos condicionantes individuais e nós temos como referencia o contexto, que, nesse caso, que estimula e direciona a intolerância a determinados grupos. Num contexto desconfiança nas instituições e na elite política, ao menos em novas democracias, coloca grupos políticos convencionais e moderados (e que já constituíram maioria) como principais alvos da intolerância política.

A partir de técnicas estatísticas multivariadas identificamos uma combinação de antipartidarismo e polarização partidária em nosso contexto, com potenciais consequências negativas sobre nossa jovem democracia.

### **Dados e Métodos**

O material empírico utilizado nesse estudo provém da última onda do Barômetro das Américas, que, de forma inédita, aplicou uma bateria de questões sobre tolerância política em relação a membros ou simpatizantes dos dois maiores partidos nacionais, PT e PSDB. Até a sua onda de 2014 o LAPOP inseria em seu questionário apenas um grupo bastante genérico e ampliado de “pessoas que falam mal da forma de governo”, e os entrevistados deveriam apontar seu grau de aprovação ao exercício de direitos políticos fundamentais por parte desse grupo: votar, manifestar publicamente, concorrer a cargos públicos e discursar.

Esse procedimento abre uma janela considerável para erros de mensuração principalmente porque aqueles que são críticos da atual forma de governo apresentam, obviamente, tendência a concordar mais fortemente com a fruição de todos esses direitos. Devido ao viés de conteúdo, a tolerância de amplos segmentos da população não é medida, já que não são perguntados a respeito dos grupos que são alvo de sua desafeição. Felizmente a equipe desse projeto incluiu, em 2017, grupos alvos de intolerância com diversos perfis ideológicos.

Seguindo as orientações gerais propostas por Sullivan, Piereson e Marcus (1982), essa nova bateria de questões apresenta a seguinte pergunta para identificação do grupo de desafeição dos entrevistados:

*Falando de alguns grupos de pessoas, poderia informar o quanto gosta ou desgosta dos listados abaixo. Usaremos agora uma escala de 1 a 10, na qual 1 significa "desgosto muito" e 10 significa "gosto muito".*

*a) Pessoas que defendem a legalização do aborto*

*b) Pessoas que defendem o regime militar*

*c) Comunistas*

d) *Petistas/ Simpatizantes do PT*

e) *PSDBistas/ Simpatizantes*

Diferentemente da proposta de Sullivan, Piereson e Marcus (1982), o Lapop não formulou a questão direta sobre qual seria o grupo de maior antipatia dos entrevistados, de modo que a identificação desse alvo foi realizada pela verificação do grupo com menor nota na escala de gosto acima. Nos casos em que o entrevistado atribuiu a menor pontuação a mais de um grupo, o empate foi resolvido por designação aleatória.

Na sequência, os indivíduos são convidados a se posicionarem em relação a fruição de alguns direitos políticos do seu grupo de desafeição prioritário (o menos gostado, em uma tradução literal do *least liked*). Para tanto, a seguinte questão é utilizada:

*Falando do grupo de pessoas que o(a) sr./sra menos gosta...*

*Em uma escala de 1 a 10, na qual 1 significa "desaprova fortemente " e 10 significa "aprova fortemente "...*

- a) *O quanto o sr./sra. aprova o direito dessas pessoas de votar?*
- b) *O quanto o sr./sra. aprova o direito dessas pessoas de fazer um discurso público?*
- c) *O quanto o sr./sra. aprova o direito dessas pessoas de concorrer a um cargo público?*

Obviamente, nos interessam especialmente as disposições dos entrevistados aos dois últimos grupos apresentados na primeira bateria de questões, ou seja, os ligados aos dois principais partidos nacionais. Os dados acerca da avaliação desses grupos e também das atitudes de tolerância direcionados aos mesmos são analisados ao longo das demais seções com o emprego de técnicas de estatística descritiva e também multivariadas. Maiores detalhes sobre esses procedimentos são apresentados ao longo das análises.

## Os partidários como grupo de desafeição

Nosso primeiro interesse nesse trabalho é verificar se os partidos têm se convertido em alvo de desafeição pela população nacional. Para isso, usamos a primeira bateria de questões apresentadas acima, o que nos obrigou a reconhecer uma diferença entre nossa abordagem e a de trabalhos anteriores sobre o tema, já que a redação das nossas perguntas não menciona diretamente os partidos, mas os seus membros ou simpatizantes. Ribeiro, Carreirão e Borba (2016), Samuels e Zucco (2018), dentre outros, usaram perguntas que mais diretamente se referem aos partidos como instituições, de modo que algumas diferenças podem aparecer com a “personalização” de nossas variáveis.

As medidas que usamos são originalmente codificadas em uma escala de 1 a 10, sendo o 1 equivalente a “desgosto muito”, enquanto 10 representa o “gosto muito”. Para identificar o contingente e o perfil daqueles que elegem os membros dos partidos ou os seus simpatizantes como grupo preferencial de desafeição, realizamos a inversão da escala e na sequência implementamos uma rotina de recodificação que criou uma nova variável que representa a identificação do grupo com menor nota na avaliação de cada entrevistado<sup>1</sup>. O resultado desse procedimento é apresentado na tabela abaixo:

Tabela 1. Grupos prioritários de desafeição, Brasil, 2017.

<b>Grupos</b>	<b>%</b>
Pessoas que defendem a legalização do aborto	31,43
Pessoas que defendem o regime militar	10,29
Comunistas	21,14
Petistas ou simpatizantes do PT	18,50
Psdobistas ou simpatizantes do PSDB	18,64
N=1438	

Fonte: Lapop, 2017.

Como é possível perceber, os dois grupos relacionados aos partidos apresentam percentuais bastante próximos entre si e também em relação ao grupo dos comunistas. O grupo mais apontado como “menos gostado” é com

---

<sup>1</sup> A programação completa dos procedimentos de recodificação e também das análises pode ser encontrada ao final do texto.

folga o das pessoas que defendem a legalização do aborto, mas o que mais merece destaque, tendo em vista nossos objetivos nesse artigo, é a última posição do grupo de pessoas que defendem o regime militar. O contingente das pessoas que elegem cada um dos grupos ligados aos partidos é 8% maior do que o daqueles que elegem os “militaristas”. Ao combinarmos as frequências dos dois partidos chegamos a impressionantes quase 40% de antipartidarismo na amostra nacional, como mostra a Tabela 2.

Para identificar possíveis bases sociais e atitudinais dessa escolha, estimamos um modelo de regressão logística tomando a medida dicotômica de seleção dos grupos ligados aos partidos como dependente e os seguintes preditores: 1) sexo (*mulher=1*), 2) idade (*três faixas etárias [até 30, de 31 a 50, mais de 50]*), 3) escolaridade (*Superior=1*), 4) autoposicionamento ideológico (*em uma escala de 10 pontos, na qual 1=esquerda e 10=direita*), 5) interesse por política (*escala crescente de 4 pontos*), 6) adesão à democracia (*escala de concordância de 7 pontos em relação à afirmação “A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo”*).

Os resultados são apresentados na Tabela 2 (abaixo) e apontam como relevantes apenas dois preditores: sexo e interesse, ambos com efeitos positivos. A condição de mulher, com exponencial de 0,75 indica que as entrevistadas pelo Lapop em 2017, têm 25% menos chance que os homens de selecionar os grupos relacionados com os partidos como alvos prioritários de rejeição. De forma semelhante, cada elevação da escala de interesse por política reduz essa probabilidade em 12%. Os demais preditores, além de não apresentarem níveis de significância aceitáveis, também manifestam coeficientes muito reduzidos.

Tabela 2. Preditores da seleção dos grupos ligados aos partidos,  
Brasil, 2017

Variáveis	B	Exp(B)
Sexo	-0,28* (,117)	0,75
Idade (3 Faixas)	-0,01 (,078)	-
Escolaridade (Superior)	0,05 (,264)	-
Ideologia	-0,00 (,021)	-
Interesse por política	-0,13* (,062)	0,88
Adesão à democracia	-0,03 (,032)	-
N = 1308		

Fonte: Lapop, 2017.

Para aprofundar nossa compreensão da escolha do perfil dos que selecionaram cada um dos partidos, adotamos procedimento alternativo tomando como medida dependente uma variável dicotômica criada a partir de um corte radical na escala de avaliação dos partidos. Considerando a escala invertida de “gosto”, com 1 significando “gosto muito” e 10 representando “desgosto muito”, definimos o ponto 10 como “antitucanos” ou “antipetistas”, dependendo do caso em questão. A Tabela 3 apresenta os resultados para dois modelos com os mesmos preditores para essas duas condições e indicam semelhanças e diferenças relevantes. Começando pelos efeitos comuns (linhas sombreadas), as mulheres apresentam menor chance de serem anti-tucanas ou anti-petistas do que os homens, com reduções de 33% e 21%, respectivamente. A adesão a democracia, por sua vez, reduz a chance de manifestar sentimento negativo radical pelos simpatizantes das duas legendas em 14% e 10%, respectivamente. Os demais preditores se mostraram relevantes em apenas um ou outro modelo. A idade, por exemplo, ultrapassou o limite de significância estatística apenas no primeiro modelo, com cada mudança de faixa elevando a probabilidade em 22%. O mesmo ocorreu com a escala de posicionamento ideológico, porém no sentido inverso, ou seja, reduzindo em 6% a probabilidade de ser anti-tucano. Finalmente, a medida de interesse por política se revelou importante apenas no segundo

modelo, informando que cada ponto na escala reduz em 20% a chance de ser anti-petista.

Tabela 3. Preditores da seleção dos grupos ligados aos partidos, Brasil, 2017

Variáveis	Anti-tucano		Anti-petista	
	B	Exp(B)	B	Exp(B)
Sexo	-0,40** (,122)	0,67	-0,24* (,120)	0,79
Idade (3 faixas)	0,20* (,081)	1,22	0,15 (,080)	1,16
Escolaridade (Superior)	-0,13 (,284)	-	0,03 (,279)	-
Ideologia	-0,06* (,022)	0,94	0,01 (,022)	-
Interesse por política	-0,03 (,064)	-	-0,22*** (,066)	0,80
Adesão à democracia	-0,15*** (,033)	0,86	-0,10** (,033)	0,90
N =	1315		1321	

Fonte: Lapop, 2017.

Especialmente interessados no compartilhamento dos efeitos da adesão à democracia, propomos também um modelo logístico multinomial que opõe em uma única equação os seguintes perfis: entrevistados que são ao mesmo tempo antipetistas e antitucanos, denominados aqui simplesmente de antipartidários (22,2% da amostra); aqueles que são antipsdbistas, mas não antipetistas (10,4%); aqueles que são antipetistas, mas não são antipsdbistas (10,7%); e finalmente os que não nutrem sentimentos negativos radicais por nenhum dos dois partidos (56,6%).

Tomando como grupo de referência para a interpretação dos resultados os antipartidários, podemos constatar na Tabela 4 que as mulheres tem maior probabilidade de estarem entre aqueles que são “antipetistas, mas não antitucanos” e aqueles que não nutrem sentimentos negativos radicais pelos partidos. A idade só se mostrou relevante na distinção entre o grupo de referência e o grupo dos “anti-tucanos, mas não antipetista”, aumentando em 34% a probabilidade de pertencimento a esse último. O mesmo ocorreu com o

posicionamento ideológico dos entrevistados, porém com sentido inverso, reduzindo em 11% a chance de pertencimento a esse grupo. O interesse por política, por sua vez, eleva a probabilidade de pertencimento aos grupos dos “anti-tucanos, mas não antipetistas” e, o que é mais importante, ao dos que não manifestam sentimentos negativos radicais. Por fim, a adesão à democracia afeta a chance de estar entre os que são “antipetistas, mas não anti-tucanos” e dos que não são anti-partidos.

Como consideramos que o principal contraste é aquele entre antipartidários daqueles que não manifestam sentimentos negativos radicais, destacamos que os primeiros tendem a ser os menos interessados e democráticos.

Tabela 4. Preditores do perfil de desafeição partidária, Brasil, 2017

Variáveis	Grupos (Ref. Antipetistas e Antipsdbistas)					
	Antipsdbistas e Pró-petistas		Antipetistas e Pró-psdbistas		Pró-petistas e Pró-psdbistas	
	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)
Sexo	0,23 (,213)	-	0,58** (,211)	1,79	0,46*** (,144)	1,59
Idade (3 faixas)	0,29* (,140)	1,34	0,20 (,140)	-	-0,16 (,096)	0,85
Escolaridade (superior)	0,19 (,491)	-	0,40 (,484)	-	0,22 (,369)	-
Ideologia	-0,11* (,039)	0,89	0,01 (,038)	-	0,02 (,026)	-
Interesse por política	0,45*** (,110)	1,57	0,11 (,116)	-	0,21** (,080)	1,23
Adesão à democracia	0,03 (,056)	-	0,13* (,058)	1,14	0,17*** (,039)	1,18

Fonte: Lapop, 2017.

Identificar quais fatores sociais e atitudinais estão relacionados à seleção de grupos ligados às instituições partidárias como alvos prioritários de desafeição ou à manifestação de sentimentos negativos por eles é apenas parte da tarefa proposta, pois nos interessa também identificar se essa postura que podemos

chamar de “antipartidária” está associada a maior ou menor intolerância política. *Comparados com os desafetos em relação aos demais grupos listados no questionário do LAPOP, esses entrevistados que selecionam PTistas e PSDBistas seriam mais ou menos tolerantes? E na comparação entre os antipetistas e antipsdbistas, quais seriam os mais tolerantes? Considerando os diferentes vínculos possíveis de relacionamento dos eleitores com os partidos (desafeição, indiferença ou preferência partidária), qual a relação desses grupos com atitudes de tolerância política?*

Para responder a primeira pergunta, podemos inicialmente comparar as médias e distribuições percentuais de algumas medidas de tolerância política em cada conjunto de entrevistados. Na pesquisa que fornece o material empírico para nossas análises, como já demonstramos, a tolerância é medida por uma bateria de questões sobre as disposições dos entrevistados em relação à fruição de direitos políticos pelos membros dos grupos prioritários de desafeição. Neste sentido, essa bateria é aplicada após a atribuição das notas atribuídas aos cinco grupos e toma como referência aquele “menos gostado” pelo entrevistado.

A partir dessa bateria propomos a criação do Índice de Tolerância Política (ITP), produzido por uma rotina que padroniza em uma escala de 10 pontos (1-10) o somatório das pontuações de dos itens *a*, *b* e *c* da bateria (ver páginas 5 e 6). A Tabela 5 apresenta as médias de ITP e resultados de testes de diferença de média indicando que, apesar dos menores valores de tolerância ocorrerem entre os entrevistados que selecionam os filiados ou simpatizantes dos partidos como grupos de desafeição, as diferenças são estatisticamente significativas apenas quando agrupamos esses dois últimos grupos de desafeição e os colocamos em oposição aos demais, situação em que as médias passam a ser de 5,99 contra 6,31.

Tabela 5. Médias e distribuições de medidas de tolerância política, Brasil, 2017

Grupos de Desafeição		ITP10
		Médias
Pessoas que defendem a legalização do aborto		6,32
Pessoas que defendem o regime militar		6,37
Comunistas		6,26
Petistas ou simpatizantes do PT		6,00
Psdvistas ou simpatizantes do PSDB		5,99
Geral		6,19
Anova 5 grupos	Valor de F=2,117	p=0,08
Anova 2 grupos	Valor de F=3,853	p=0,05

Fonte: Lapop, 2017

Esses resultados sugerem que os entrevistados que manifestam desafeição preferencialmente por partidos políticos tendem a ser os mais intolerantes em nosso contexto. Trata-se, portanto, de uma forma bastante radical de *antipartidarismo*, já que além de expressarem antipatia ou desafeição, também envolve a negação desses três direitos políticos fundamentais aos membros ou simpatizantes dessas que são as duas principais legendas partidárias nacionais.

Diante disso, e considerando nossa segunda questão acima, especificamos um modelo linear para identificar se a condição de antipartidário “em geral”, e as de “antipetista” e “antipsdbista”, teria efeito estatisticamente significativo na presença de controles indicados pela literatura como relevante para a explicação da tolerância política. Nosso preditor mais importante nesses modelos é medida multicategórica já apresentada anteriormente e usada na Tabela 4. A Tabela 6, traz os resultados desse modelo e aponta diferenças importantes. Tomando como referência o grupo dos que avaliam negativamente os dois partidos, constatamos pontuações maiores entre aqueles que são apenas anti-psdbistas e também entre os que não manifestam avaliações negativas, ou seja, não são anti-petistas, nem anti-psdbistas. A diferença maior aparece, como esperado, nesse último grupo, que registra mais de 1 ponto adicional na escala de 10 com média pouco mais de 6 na amostra.

Tabela 6. Preditores da Tolerância Política, Brasil, 2017

Variáveis	ITP
	B
Sexo	0,13 (,149)
Idade (3 faixas)	-0,43** (,154)
Escolaridade (Superior)	0,07 (,331)
Ideologia	0,05* (,027)
Interesse por política	0,44*** (,079)
Sensação de segurança	0,06 (,070)
Adesão à democracia	0,22*** (,040)
Geração (Democracia)	-0,02 (,266)
<b>Anti-petistas e Anti-psdbistas</b>	Ref.
<b>Anti-psdbistas/não anti-petistas</b>	0,58** (,204)
<b>Anti-petistas/não anti-psdbistas</b>	0,40 (,256)
<b>Não anti-ptistas/não anti-psdbistas</b>	1,01*** (,190)
N	1293

Fonte: Lapop, 2017

Por fim, para responder a terceira questão, construímos dois modelos (Tabela 07) de modo a verificar os efeitos de outros possíveis vínculos entre eleitores e partidos sobre o índice de tolerância política. O modelo 1 verifica os efeitos de ter identificação partidária, mantendo todas as demais variáveis apresentadas na tabela 6. Já o modelo 2, compara os efeitos de ter identificação com PT, PSDB ou outros, estabelecendo os sem identificação como categoria de referência. Nenhuma dessas duas medidas de vínculos partidários se mostraram estatisticamente significativas. Em ambos os modelos, tolerância esteve relacionada negativamente com idade, e positivamente com interesse por política e adesão à democracia. Tais resultados possuem importantes consequências aos nossos questionamentos iniciais, especialmente na relação entre (des)afeição partidária e tolerância política. Nos testes abaixo, como vimos, ter ou não ter

preferência por algum partido político não diz nada sobre a tolerância política do eleitor, porém ser desafeto com os partidos (Tabela 06), sim, ou seja, aqueles grupos antipartidos (antiPT e antiPSDB) tendem a ser os mais intolerantes politicamente.

Considerando os resultados de pesquisas anteriores que indicam não haver um quadro de polarização ideológica ou partidária no país, e os dados aqui apresentados que indicam que a desafeição partidária está relacionada à intolerância política, é possível formular uma hipótese a ser testada em trabalhos futuros de que o ambiente político do país está estruturado por uma desafeição do eleitorado em relação aos partidos, desafeição esta que está presente, sobretudo nos setores com menor interesse por política e adesão à democracia, e que esta desafeição é menos ideológica do que afetiva, ou seja, o eleitor não gosta dos “partidos” e “partidários”.

### **Referências**

BOOTH, J., e SELIGSON, M. A. **The legitimacy puzzle: Democracy and political support in eight Latin American nations**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

CARLIN, R. E. e SINGER, M. M. Support for Polyarchy in the Americas. **Comparative Political Studies**, vol. 44, nº 11, p. 1500-1526, 2011.

DAHL, R. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DAVIS, D. **Negative liberty: public opinion and the terrorist attacks on America**. New York: Russel Sage, 2007.

FELDMAN, S. Enforcing social conformity: a theory of authoritarianism. **Political Psychology**, 24 (1), 41-74, 2003.

FINKEL, S.; ERNST, H. Civic education in post-Apartheid South Africa: alternative paths to development of knowledge and democratic values. **Political Psychology**, 26(3), p. 333-64, 2005.

GIBSON, J. L. *Political intolerance in the context of democratic theory*. In Rober E. Goodin (eds), **The Oxford Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

\_\_\_\_. Measuring political tolerance and general support for pro-civil liberties policies. **Public Opinion Quarterly**, 77, p. 45-68, 2013.

\_\_\_\_. On the nature of tolerance: dichotomous or continuous? **Political Behavior**, 27(4), p. 339-45, 2005.

GIBSON, J.; BINGHAM, R. **Civil liberties and nazis: the Skokie free speech controversy**. New York: Praeger, 1985.

GIBSON, J.; DUCH, R.; TEDIN, K. *Democratic values and the transformation of Soviet Union*. **Journal of Politics**, 54(2), p. 329-71, 1992.

GIBSON, J.; GOUWS, A. **Overcoming intolerance in South Africa**. New York: Cambridge University Press, 2003.

MARCUS, J. et al. **With malice toward some: how people make civil liberties judgments**. New York: Cambridge University Press, 1995.

MILL, John Stuart. **On liberty**. Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

MOISÉS, J. A. Cultura Política, Instituições e Democracia – lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, nº 66, p.11-44, 2008.

MONDAK, J. et al. *Personality and Civic Engagement: An Integrative Framework for the Study of Trait Effects on Political Behavior*. **American Political Science Review**, v. 104, n. 1, 2010, p. 85–110.

MONDAK, J. **Personality and the foundations os political behavior**. Cambridge, Cambridge University Press, 2010.

MONDAK, J.; SANDERS, M. *Tolerance and intolerance, 1976-1998*. **American Journal of Political Science**, 47(3), p. 492-502, 2003.

PEFFLEY, M.; ROHRSCHEIDER, R. Democratization and political tolerance in seventeen countries: a multi-level model of democratic learning. **Political Research Quarterly**, 54(2), p. 243-57, 2003.

POHL, C. European states dealing with extremist political parties. Prohibition of political parties as an instrument of repressive state policy. In Gerherd Besier et al, **Fascism, comunism and the consolidation of democracy**. Berlim: Lit Verlag, 2006.

SCHEDLER, A., e SARFIELD, R. Democrats with adjectives: Linking direct and indirect measures of democratic support. **European Journal of Political Research**, 46, 637-659, 2007.

SMITH, T.W *et al.* **General Social Surveys, 1972-2014**. Chicago: NORC at the University of Chicago, 2014.

SNIDERMAN, P. **Personality and democratic politics**. Berkeley: University of California Press, 1975.

STENNER, K. **The authoritarian dynamics**. New York: Cambridge University Press, 2005.

STOUFFER, S. **Communism, conformity and civil liberties**. New York: Doubleday, 1955.

SULLIVAN, J.; PIERESON, J.; MARCUS, G. **Political tolerance and american democracy**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.